



## Congresso dará palavra final sobre reajuste no Judiciário

Pedro França/Agência Senado — 2/9/2015



Parlamentares decidirão amanhã sobre 32 vetos feitos por Dilma a propostas aprovadas pelo Legislativo, como o aumento salarial dos funcionários da Justiça

O reajuste dos servidores do Judiciário, que foi vetado pela presidente Dilma Rousseff sob o argumento de que comprometeria o ajuste das contas públicas, está na pauta de amanhã do

Congresso Nacional. Os parlamentares se reunirão para decidir se mantêm ou derrubam 32 vetos presidenciais. O Congresso também analisará o veto feito à proposta que trata do polêmico fator previdenciário. **3**

Senadores e deputados federais reunidos na sessão do Congresso Nacional: pauta da reunião de amanhã à noite inclui 32 vetos presidenciais

### Plano de gestão ambiental começa a ser implementado



Para reduzir o impacto ambiental das atividades e os gastos da Casa, o Senado começa a implementar o Plano de Gestão de Logística Sustentável. Entre as ações previstas, estão a coleta

seletiva, a criação de um espaço para os ciclistas, a redução do consumo de água e de energia, fim da compra de copos descartáveis e atividades de educação ambiental. **2**



Ano Válpes/Senado Federal — 1/6/2015

Para a diretora-geral, Ilana Trombka, medidas devem produzir mudança de cultura no Senado

### Governo do Pará quer que estado supere Bahia e vire líder em cacau

Em audiência do Senado em Belém, representantes do governo do Pará enumeraram ações implementadas para fortalecer o cacau no estado, como a isenção de im-

postos sobre máquinas e equipamentos usados na produção de chocolate. O governo quer que o Pará se torne o maior produtor nacional, ocupando o lugar da Bahia. **4**

**Instituição Fiscal Independente está na pauta da semana **3****

**Criação de cargos no Conselho do Ministério Público é vetada **2****



Jane de Araújo/Agência Senado

Primeira reunião da comissão, na sexta-feira: integrantes devem apresentar anteprojeto ao Senado

### Juristas vão propor medidas antiburocracia

A comissão de juristas que elabora um anteprojeto para regulamentar o princípio constitucional da eficiência na administração pública definiu na sexta-feira seu plano de trabalho.

O novo estatuto deverá ser proposto por um projeto de lei complementar, que definirá princípios a serem seguidos pelos governos federal, estaduais e municipais do país. **4**

### ACONTECEU NO SENADO



Jonas Pereira/Agência Senado — 16/9/2015

Depois de ter passado em Plenário, PEC da Segurança Pública será analisada pela Câmara

### Plenário aprovou segurança compartilhada

O Senado aprovou na quarta-feira uma PEC que compartilha entre União, estados e municípios a responsabilidade sobre a segurança pública. O texto segue para a Câmara. Na terça, os

senadores confirmaram aumento da contribuição sobre lucros dos bancos, projeto que vai a sanção. Ministros da equipe econômica foram à CMO para explicar o pacote fiscal. **4**

# Plano de gestão sustentável dá os primeiros passos

A ação, que visa diminuir os gastos e o impacto ambiental das atividades do Senado, foi construída com a participação de servidores de várias áreas. Para a Diretoria-Geral, iniciativa muda a cultura da Casa



O SENADO ESTÁ começando a implementar o Plano de Gestão de Logística Sustentável. O objetivo é garantir excelência na gestão ambiental das atividades e nos gastos. As medidas abrangem 11 áreas, como compras e contratações, material de consumo, serviços gráficos, arborização, energia elétrica e gestão de resíduos, água e esgoto.

Segundo a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, o plano deve promover uma mudança cultural na Casa.

— O que é essa mudança cultural? É quando o servidor do Senado atua não só como servidor desta organização,

mas como cidadão. E ele agrega a seu fazer diário, suas rotinas e suas convicções aqueles conceitos que são discutidos pelo plano — diz.

Ela cita como exemplo a decisão da administração da Casa de não mais comprar copos plásticos descartáveis. A partir do momento em que as pessoas passam a beber água no copo de vidro ou na própria caneca, afirma Ilana, elas passam a ter um comportamento que beneficia o meio ambiente e a sustentabilidade.

— O plano é bom para o Senado, mas é bom também para a comunidade — avalia.

A coordenadora do Núcleo de Ações Ambientais do Senado, Andrea Bakaj, afirma que, entre outras ações, estão previstas a coleta seletiva, a

criação de um espaço para os ciclistas e a redução do consumo de água e de energia. Ela ressalta a importância da educação ambiental para o sucesso da iniciativa, que envolverá todas as áreas da Casa.

O plano tem objetivos e responsabilidades definidas e foi desenvolvido em consonância com a Política de Responsabilidade Socioambiental do Senado. Também está alinhado com a Agenda Ambiental na Administração Pública, programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente para promover a responsabilidade socioambiental no setor público.

A elaboração envolveu servidores de várias áreas do Senado, que apresentaram propostas sobre cada tema.

## Algumas das metas do programa

<p><b>Material de consumo</b> Reduzir em 25% a aquisição de copos descartáveis em relação ao consumo de 2014. Prazo: 1 ano</p>	<p><b>Gestão de resíduos</b> Substituir as lixeiras atuais por modelo ilha para coleta seletiva. Prazo: 1 a 2 anos</p>	<p><b>Arborização e áreas verdes</b> Aumento da produção local de adubos orgânicos em 150%. Prazo: 6 anos</p>
<p><b>Serviços de impressão do Senado Federal</b> Aumento do percentual de impressões em frente e verso para 90% do total. Prazo: 1 ano</p>	<p><b>Qualidade de vida no trabalho</b> Disponibilizar um restaurante com 100% de produtos orgânicos nas dependências da Casa. Prazo: 2 anos</p>	<p><b>Serviços gráficos</b> Transferir 80% da produção em preto e branco para a tecnologia digital para reduzir o consumo de insumos gráficos. Prazo: 3 anos</p>
<p><b>Energia elétrica</b> Reduzir em 5% o consumo global de energia elétrica. Prazo: 1 ano</p>	<p><b>Compras e contratações</b> Elaboração de um manual de orientação para compras e contratações sustentáveis. Prazo: 1 ano</p>	<p><b>Tecnologia da informação</b> Aquisição de equipamentos em conformidade com os padrões tecnológicos sustentáveis. Prazo: imediato</p>
<p><b>Água e esgoto</b> Utilização de torneiras econômicas nas reformas e novas construções. Prazo: 13 meses</p>	<p><b>Deslocamento de pessoal</b> Criação de bolsa de vagas preferenciais para carros com 3 ou mais ocupantes. Prazo: 6 meses</p>	

## Vetados novos cargos no Conselho Nacional do MP

A presidente Dilma Rousseff vetou projeto que cria cargos efetivos e em comissão, além de funções de confiança, no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Ela apresentou como justificativa o esforço do governo para recuperar o equilíbrio fiscal.

O PLC 53/2015, de iniciativa do Ministério Público da União (MPU), aprovado no

Senado no fim de agosto, cria 90 cargos de auditor nacional de controle, 30 cargos de técnico nacional de controle, 26 funções de confiança nível FC-3 e 42 cargos em comissão.

“Apesar da importância do CNMP, a sanção deste projeto contrariaria esforços empreendidos pelo governo no sentido de perseguir o equilíbrio fiscal na gestão dos

recursos públicos, uma vez que criaria cargos e aumentaria a estrutura funcional do Estado, resultando em aumento de despesas públicas, notadamente despesas com pessoal”, diz a presidente.

Agora o veto (VET 41/2015) entra na pauta do Congresso. A derrubada depende dos votos da maioria dos senadores (41) e dos deputados federais (257).

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

### CDH Ministros de confissão religiosa

10h Audiência pública interativa para debater a situação dos ministros de confissão religiosa idosos do Brasil.

### CÓDIGO DA AERONÁUTICA Reunião

10h Reunião da comissão de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

### CRE Indústria de defesa

12h Ciclo de debates sobre a situação da Indústria de defesa brasileira.

### PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão não deliberativa.

TERÇA

### CCT Ciência sem Fronteiras

9h Audiência pública interativa com enfoque no Programa Ciência sem Fronteiras.

### CDH Estatuto das Estatais

9h Audiência pública interativa para debater o Estatuto das Estatais.

### CMA Energia elétrica

9h30 Na pauta de 10 itens, projeto sobre a livre comercialização de energia elétrica.

### CAE Isenção de contribuição sindical

10h Entre 13 itens, texto que isenta da contribuição sindical os servidores públicos.

### CMA/CDR Aviação civil

11h Audiência pública conjunta e interativa sobre passagens aéreas na Região Norte e o mercado de aviação civil no país.

### CE Filmes adaptados para deficientes

11h Abre pauta de 20 itens proposta que institui a obrigatoriedade da apresentação de filmes adaptados para pessoas com deficiência auditiva ou visual nos cinemas.

### CMO LDO 2016

13h30 Reunião de líderes da Comissão Mista de Orçamento. Às 14h, reunião extraordinária para análise de relatórios do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016.

### VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Polícia

14h Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher faz audiência pública interativa para discutir a violência contra mulheres policiais no Brasil.

### MP677/2015 Chesf

15h Comissão responsável por medida que autoriza a Companhia Hidrelétrica do São Francisco a participar do Fundo de Energia do Nordeste aprecia relatório.

### CONGRESSO Vetos

19h Sessão do Congresso aprecia vetos e projetos de lei do Congresso.

QUARTA

### CI Diretoria da Anatel

8h30 A comissão sabatina Otavio Luiz Rodrigues Junior.

### CAS Tratamento de doença grave

9h A comissão analisa isenção de IR na remuneração do servidor licenciado para tratar doença grave.

### CDR Moradores de Goiânia

9h A comissão debate a situação dos moradores da quadra 88, em Goiânia.

### CMA Rio Araguaia

9h30 A comissão realiza audiência sobre curso natural do Rio Araguaia.

### CAE Contabilidade pública

14h Debate sobre normas gerais sobre plano, orçamento e contabilidade pública.

### AGENDA BRASIL Exportações

14h30 A comissão aprecia o PLS 136/2015, que estabelece auxílio financeiro para estimular exportações de estados e municípios.

### MP 676/2015 Planos da Previdência

14h30 A comissão da MP que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência, aprecia relatório.

### MP 680/2015 Proteção ao emprego

14h30 A comissão da MP que institui o Programa de Proteção ao Emprego aprecia relatório.

### PACTO FEDERATIVO Zona franca no MA

14h30 A comissão avalia criação da Zona Franca de São Luís.

### CPI DO FUTEBOL Requerimentos

15h A CPI aprecia requerimentos.

### MP 691/2015 Imóveis da União

15h A comissão da MP, que autoriza a venda de imóveis da União para a constituição de fundos, avalia o plano de trabalho.

### SÃO FRANCISCO Requerimento

15h A comissão que acompanha as obras de transposição e revitalização do Rio São Francisco analisa requerimento.

### CDH Interrupção da gravidez

9h A comissão faz debate sobre a interrupção voluntária da gravidez pelo SUS.

### CRE Base industrial de defesa

10h A comissão discute os projetos das Forças Armadas.

### CMO Contas da Presidência

10h Audiência para esclarecer cumprimento de metas fiscais da Presidência.

### SESSÃO ESPECIAL Dorina Nowill

11h Sessão especial para entregar comenda para pessoas que contribuem para os direitos das pessoas com deficiência.

### PLENÁRIO Reunião deliberativa

11h30 Sessão extraordinária.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Congresso decide sobre veto a reajuste da Justiça

Parlamentares analisarão amanhã 32 vetos feitos por Dilma a propostas aprovadas pelo Legislativo. Os mais polêmicos tratam do fator previdenciário e dos salários do Judiciário

A ANÁLISE DE vetos presidenciais pelo Congresso Nacional está marcada para amanhã, às 19h, no Plenário da Câmara dos Deputados. Na pauta, estão 32 vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos aprovados pelo Congresso. O mais polêmico deles trata do reajuste salarial dos servidores do Poder Judiciário.

O veto integral (VET 26/2015) ao projeto de lei que reajusta os salários do Judiciário em até 78,56% foi publicado no *Diário Oficial da União* em 22 de julho. A justificativa da presidente Dilma Rousseff é de que o projeto geraria um impacto financeiro de R\$ 25,7 bilhões para os próximos quatro anos, ao fim dos quais passaria dos R\$ 10 bilhões por ano, sendo “contrário aos esforços necessários para o equilíbrio fiscal na gestão de recursos públicos”.

Durante a semana passada, servidores do Judiciário ocuparam áreas em torno do Congresso Nacional pressionando os parlamentares, com carro de som e vuvuzelas, a derrubar o veto ao aumento aprovado no fim de junho.

A derrubada de um veto exige apoio da maioria dos senadores (41) e dos deputados (257).

O líder do governo, Humberto Costa (PT-PE), afirmou que a base governista trabalha para que o veto seja mantido. Para ele, por mais justo que seja o aumento, o país não está em condição de fazer essa mudança devido ao desequilíbrio das contas públicas.

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), defendeu a derrubada do veto e afirmou que o reajuste está previsto no orçamento do Poder Judiciário:

— Cada Poder da República tem seu próprio orçamento e, portanto, não há razão para o Poder Executivo se intrometer na discussão orçamentária de outro Poder. Isso fere o princípio constitucional da harmonia entre os Poderes. Se esse dinheiro não for usado dessa forma, será usado de outra.

## Fator previdenciário

Outros dois vetos polêmicos estão na pauta de amanhã. O Executivo vetou parcialmente (Veto 19/2015) o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/2015, que, entre outras mudanças nas regras da Previdência Social, acabaria com o fator previdenciário. A Presidência da República também editou a Medida Provisória (MP) 676/2015, com uma proposta alternativa de cálculo.

Foram vetados os itens que alteravam a aplicação do fator previdenciário e previam a fórmula 85/95 (sem redução



Funcionários do Poder Judiciário fazem manifestação ao lado do Congresso Nacional: pedido para que parlamentares derrubem veto ao reajuste salarial

na aposentadoria de mulheres com idade e tempo de contribuição que somem 85 anos e de homens com idade e contribuição que somem 95 anos).

De acordo com justificativa do governo ao veto, a alteração não acompanharia a transição demográfica brasileira e traria risco ao equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Social. A MP alterou justamente esses pontos.

Ao sancionar a Lei 13.152/2015, que prorroga até 2019 a política de valorização do mínimo, a presidente Dilma Rousseff vetou a extensão do benefício para todos os aposentados e pensionistas do INSS que ganham acima desse valor. Assim, com o Veto 29/2015, quem recebe benefício acima do salário mínimo continuará contando apenas com a reposição da inflação.

Na justificativa do veto, a presidente alega que a vinculação entre os reajustes da política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social violariam a Constituição.

Dilma também vetou totalmente (VET 32/2015) o PLS 82/2012, que trata de anistia a servidores demitidos. O Executivo alegou inconstitucionalidade. Segundo o governo, a matéria é de iniciativa privativa do presidente da República. Além disso, argumenta, a formulação autorizativa adotada não afastaria o vício de iniciativa, conforme entendimento já firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e implicaria violação da reserva legal.

O projeto, de autoria do ex-senador Lobão Filho, autoriza o Poder Executivo a reabrir prazo para apresentação de requerimentos de retorno ao serviço

de servidores efetivos referidos na Lei 8.878/1994. A lei trata de servidores e empregados que tenham sido exonerados, demitidos ou dispensados entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, com violação de dispositivo constitucional ou legal, por motivação política ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista.

## Garçon

Dilma também vetou, integralmente, o Projeto de Lei do Senado 28/1991, que dispõe sobre a profissão de garçon (VET 34/2015). A proposta de regulamentação da profissão exigia, para exercício da atividade, registro na Delegacia do Trabalho, condicionado à comprovação de dois anos de exercício de atividades de serviço de alimentação e bebidas em restaurantes, bares e hotéis. Também limitava a taxa de serviço a 10%, a serem divididos entre os empregados da empresa, com destinação obrigatória de parte do valor à própria empresa (20%) e ao sindicato profissional (2%).

A justificativa para o veto total foi de que o projeto era inconstitucional ao restringir o exercício da profissão. A Constituição assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer dano à sociedade.

Também estão na pauta vetos que tratam do novo Código de Processo Civil, da regulamentação da fusão de partidos, da Lei Geral das Antenas e da transparência nas operações do BNDES, entre outros.

## Apuração dos votos dos senadores e deputados é eletrônica

Assim como na sessão do Congresso feita no dia 11 de março, a votação dos vetos presidenciais será feita por meio de uma “cédula” que permite a apuração eletrônica dos votos.

Conforme explicou o diretor da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional, André Sak, o conjunto de vetos em pauta é discutido em globo e a votação tem início após quatro senadores e seis deputados terem discutido a matéria, sem prejuízo da continuidade dos debates.

— Tendo falado seis deputados e quatro senadores, o presidente da sessão já pode autorizar a entrega dos votos, mas isso não impede que a discussão continue. E assim vai por aproximadamente uma hora e meia ou duas horas, que é o tempo estimado para a entrega e o reconhecimento das cédulas — detalhou.

Após a entrega do voto impresso, os parlamentares podem começar a discutir os destaques. De acordo com Sak, a secretaria já recebeu 35 requerimentos de destaque, mas, como vários são repetidos, na prática seriam mais 14 votações em separado.

— Há no destaque um encaminhamento por dois deputados e dois senadores. A gente estima que cada votação de destaque dure de 40 a 45 minutos — explicou.

## Criação da Instituição Fiscal Independente é destaque da pauta

O Plenário do Senado deve encaminhar nesta semana a votação em primeiro turno da PEC 83/2015, que cria a Instituição Fiscal Independente. A proposta, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), faz parte da Agenda Brasil, conjunto de proposições para a retomada do desenvolvimento do país, e é o destaque da pauta. A instituição será um órgão

auxiliar do Legislativo que terá a função de acompanhar e analisar os gastos e os endividamentos públicos, além de calcular o impacto de todo projeto de lei que crie custos para a administração. Ela terá um conselho diretor com três membros indicados por diferentes instâncias do Congresso, cinco conselheiros e quadro de funcionários exclusivo.

A PEC 83 ainda precisa passar por duas sessões de discussão. Só então poderá ser votada em primeiro turno, precisando do voto favorável de pelo menos 49 senadores.

No entanto, a proposta também precisará aguardar a votação da MP 681/2015, que tranca a pauta e precisa ser analisada antes de qualquer outro item. Ela amplia o

limite do crédito consignado (descontos autorizados pelo trabalhador na folha de pagamentos) de 30% para 35% do valor do salário. A norma é válida para trabalhadores com contrato regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e para aposentados e pensionistas do INSS.

A MP já foi aprovada pela Câmara. Caso não seja analisada

definitivamente até o dia 9 de novembro, perderá a validade.

Também integram a pauta de votações o PLS 501/2013, que explicita a incidência do Imposto sobre Serviços (ISS) nos serviços de monitoramento e rastreamento de veículos; e o PLC 69/2015, que cria 162 cargos e 382 funções comissionadas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

# Comissão proporrá medidas para combater burocracia

Juristas se reuniram na sexta-feira para definir plano de trabalho do colegiado, que terá como objetivo elaborar anteprojeto para regulamentar princípio constitucional da eficiência na administração pública

## AGENDA BRASIL

O PRINCIPAL OBJETIVO da Comissão de Juristas da Desburocratização (CJD) será propor ao Senado um anteprojeto visando regulamentar o princípio da eficiência na administração pública, previsto na Constituição. Para isso, o grupo terá 180 dias, prazo que pode ser prorrogado.

A informação é do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell, presidente da comissão. O relator será o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A primeira reunião do colegiado foi na sexta-feira, quando os integrantes discutiram o cronograma de trabalho. Segundo Campbell, ficou decidido que o novo estatuto deverá ser proposto por meio de projeto de lei complementar.

O texto definirá os princípios a serem seguidos pelos governos federal, estaduais e municipais em todo o país, com as devidas sanções aos gestores para caso de descumprimento que leve à perda de eficiência em virtude de excessos burocráticos. O anteprojeto também proporrá medidas para combater a cultura burocrática no Judiciário e no Legislativo.

Campbell citou a criação dos juzizados especiais no programa de desburocratização conduzido pelo ex-ministro Helio Beltrão, na década de



Campbell (à cabeça da mesa) preside primeira reunião do grupo de juristas

## Meta é aperfeiçoar a capacidade do Estado de fornecer serviços ao cidadão

De acordo com o presidente da comissão, um dos primeiros passos será o estudo de todas as iniciativas legislativas em tramitação que abordem a eficiência do Estado, com vistas à elaboração de um marco legal.

— Quem sabe a implantação de um código ou de um Estatuto de Eficiência do Estado, trazendo isso até para a Constituição, regulamentando o princípio da eficiência — disse Campbell.

Criada por iniciativa do presidente do Senado, Renan Calheiros, e do senador

Blairo Maggi (PR-MS), a comissão vai se concentrar em temas como administração pública e processo administrativo e tributário. A ideia, frisou Campbell, é buscar ofertar um Estado menos burocrático à população.

— O objetivo é dar ao Estado a capacidade de eficiência, transformando-a prioritariamente em fornecimento de serviços ao cidadão.

Dezessete juristas e especialistas devem compor o grupo — entre eles, o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel.

80, como inspiração para os dias atuais.

Toffoli não pôde comparecer à reunião e foi representado na relatoria pelo professor de direito da Universidade de São Paulo (USP) Otávio Rodrigues,

membro do colegiado. Rodrigues disse que a comissão proporrá a revogação de normas e a criação de novas regras para a administração. Para ele, o excesso de burocracia é um dos maiores problemas do país.

## Pará age para superar Bahia na produção de cacau

Ações para fortalecer a cadeia do cacau no Brasil, principalmente no Pará, segundo maior produtor do país, foram discutidas na sexta-feira em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizada em Belém.

O secretário de Desenvolvimento Econômico do Pará, Adnan Demachki, disse que o governo estadual atua para que o Pará ultrapasse a Bahia, transformando-se até 2023 no maior produtor de cacau no país. O governo promete

investir no processamento da massa de cacau e na fabricação de chocolate.

As ações para estimular o setor incluem a criação de um fundo específico para apoiar a cacauicultura e a desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para máquinas e equipamentos utilizados na produção de chocolate.

Apesar dos esforços para estímulo da cacauicultura, os participantes da audiência reconheceram que o mo-

mento é complicado para o setor. Dados da Associação das Indústrias Processadoras de Cacau mostraram que o consumo de chocolate está em queda no país desde 2013. Na Páscoa deste ano, houve queda de 30% nas vendas em relação a 2014.

Uma solução apresentada na audiência foi a aprovação do PLS 93/2015, de Lídice da Mata (PSB-BA), que prevê teor mínimo de 35% de cacau puro nos chocolates produzidos e comercializados no país.

Não há consenso, no entanto, sobre o projeto. Para o vice-presidente da Área de Chocolates da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados, Ubiracy Fonseca, a exigência vai encarecer o produto e diminuir a demanda.

O debate foi proposto por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e presidido por Ana Amélia (PP-RS).



Ana Amélia conduz a audiência pública em Belém, ao lado de Flexa Ribeiro (C)

## ACONTECEU NO SENADO



Decisão tomada pelo Plenário integra a Agenda Brasil e o pacto federativo

## Segurança deve ser dividida entre os entes federativos

O Senado aprovou na quarta-feira a PEC 33/2014, que inclui a segurança pública na Constituição como uma das obrigações comuns à União, aos estados, ao DF e aos municípios. O texto, que integra as propostas do pacto federativo e a Agenda Brasil, seguiu para análise da Câmara.

### AUMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DOS BANCOS VAI A SANÇÃO

Na terça-feira, seguiu a sanção a MP 675/2015, que eleva de 15% para 20% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos, e de 15% para 17% a alíquota paga pelas cooperativas de crédito. Gleisi Hoffmann (PT-PR) foi a relatora.



### CIDADE QUE GERA ENERGIA PODERÁ TER ICMS MAIOR

O PLS 525/2015, de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), foi aprovado na quarta-feira no Plenário e segue à Câmara. O texto prevê a compensação dos municípios geradores de energia elétrica com o aumento do ICMS.

### MINISTROS: GOVERNO NÃO TEM PLANO B PARA O AJUSTE

A semana foi marcada pelo pacote fiscal do governo. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o Congresso vai aprimorar as propostas. Os ministros Joaquim Levy, da Fazenda, e Nelson Barbosa, do Planejamento, disseram na Comissão Mista de Orçamento que o governo não tem plano B.

### PROPOSTAS DA AGENDA BRASIL SÃO AVALIADAS

A Comissão do Desenvolvimento Nacional começou a analisar, na terça, dois projetos da Agenda Brasil: o PRS 84/2007, que define limite para a dívida da União, e o PLS 136/2015, que estimula exportações de estados e municípios.

### PARA DEBATEDORES, FRAUDE EM COTAS DEVE SER CRIME

Em audiência sobre cotas raciais na Comissão de Direitos Humanos, debatedores sugeriram a tipificação do crime de fraude no sistema de cotas. Para eles, aumentaram os casos de pessoas brancas que se autodeclararam pretas ou pardas.

### TEXTO INCENTIVA EXPORTAÇÕES DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Na terça, o Senado aprovou o PLC 127/2015, que prevê auxílio financeiro da União para incentivar as exportações dos estados, do DF e dos municípios. O texto cria o Fundo de Exportação (FEX), que envolve recursos da ordem de R\$ 1,95 bilhão a serem repassados até o final de 2015.

### PROJETO AGILIZA COBRANÇA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou na quarta o PLS 606/2011, de Romero Jucá (PMDB-RR), que torna mais rápida a cobrança dos débitos trabalhistas já reconhecidos pela Justiça do Trabalho. Agora, o projeto deve seguir para a Câmara.



### INTOLERÂNCIA RELIGIOSA MOTIVA DEBATE NA CDH

Na quarta-feira, líderes de religiões afro-brasileiras pediram abertura de CPI para investigar ações violentas contra seguidores. Eles participaram de debate na Comissão de Direitos Humanos, presidida por Paulo Paim (PT-RS).

### COMISSÃO AVALIA CAPITAL ESTRANGEIRO NA AVIAÇÃO

Na segunda, a comissão que analisa o Código Brasileiro de Aeronáutica ouviu Fernando Vieira, da Comissão de Valores Mobiliários. Ele falou sobre arranjos societários que permitem às empresas ampliar a capitalização externa. Hoje, a participação de capital estrangeiro no setor é limitada a 20%.

Renan Amis/Cabinete Senador Ana Amélia

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado — 16/9/2015

Marcos Oliveira/Agência Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado